

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 191 - 1ª QUINZENA DE MAIO DE 2000 - R\$ 1,00

MST é reprimido pelo governo



**Abaixo a repressão fascista sobre os sem-terra!
Tribunais Populares! Todo apoio às ocupações!
Liberdade imediata para os presos políticos!
Pelo atendimento das reivindicações!
Abaixo o governo repressivo de FHC!
Pela aliança operário-camponesa!**

**GREVE NA EDUCAÇÃO EM S. PAULO:
UNIFICAR TODO O FUNCIONALISMO
NA LUTA COMUM CONTRA COVAS**

A luta do Movimento Camponês pelo país

Os camponeses sem terra têm protagonizado lutas em todo o país. Um breve informe, estado por estado, dá a dimensão da luta camponesa pela terra, que tem se intensificado dia após dia:

SÃO PAULO: *Só nos dias 17, 20, 24 e 25 de abril ocorreram ocupações em 12 fazendas em todo o Estado com a participação de mais de 2.880 famílias:*

PONTAL DE PARANAPANEMA: 200 famílias ocuparam a fazenda Santa Maria, 40 famílias a fazenda Santa Cruz e 40 famílias a fazenda Esperança II;

ANDRADINA: 200 famílias ocuparam, em 24/04, a fazenda Itapura;

BUCURITI, REGIÃO DE PROMISSÃO: 100 famílias ocuparam a fazenda Bagaço;

IARAS: Ocupação da fazenda Capim Seco, em 20/04;

JACAREÍ: 500 famílias ocuparam a fazenda Rio Abaixo;

SERRANA: 400 famílias na fazenda Santa Clara;

BARRETOS: 200 famílias na fazenda Queixada e mais 200 famílias ocuparam a fazenda Avoia;

TEODORO SAMPAIO: 800 famílias na fazenda Peretti;

GALIA: Ocupada a fazenda Lutec por 200 famílias;

PRISÕES E REPRESSÃO: 15 trabalhadores e trabalhadoras rurais foram presos na 3ª delegacia policial, após o conflito entre os ocupantes da Secretaria do Ministério da Fazenda do Estado e a tropa de choque. 100 trabalhadores mantiveram a ocupação do prédio e aproximadamente 400 mantêm vigília, acampados do lado de fora.

SANTA CATARINA: IRANI: Ocupação de 300 famílias em 26/04.

SERGIPE: Foram realizadas 7 ocupações com mais de 2200 famílias:

NOSSA SENHORA DO SOCORRO: 86 famílias ocupando na fazenda Taboca, desde 24/04;

CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO: 800 famílias na fazenda Santa Maria e mais 630 famílias na fazenda Santa Rita, desde 17/04;

MONTE ALEGRE: 161 famílias na fa-

zenda Boa Vista, desde 17/04;

PORTO DA FOLHA: 170 famílias famílias na fazenda Júlia, desde 17/04;

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA: 115 famílias na fazenda Serra desde 17/04.

JAPOATÁ: 250 famílias ocuparam a fazenda Caraíbas em 18/04.

PARAÍBA: *Realizada mais uma ocupação de terra no litoral, no município de Caa-porã, em 24/04. Com esta, já chega a seis o número de fazendas ocupadas no Estado.*

RIO DE JANEIRO: *Em 17 de abril, 450 famílias ocuparam a fazenda Dores de Can-gaíba, em Campos.*

RIO GRANDE DO SUL: *Em 19/04, 450 famílias ocuparam a fazenda Nico Napi, no Município de Santa Bárbara do Sul. Em 18/04, mais três ocupações: 190 famílias a fazenda Cubira em Piratini, 480 famílias a fazenda Celso Osmar Bruchier, em Encruzilhada do Sul e 450 famílias a fazenda Granja Três Pinheiros, em Lagoa Vermelha.*

PERNAMBUCO: *79 áreas foram ocupadas por 10.670 famílias. Entre as áreas ocupadas estão as Usinas Matari, Central Barreiros, Aliança, Nossa Senhora do Caro, Massauassu e mais oito engenhos na usina Catende, somando-se ao todo doze engenhos ocupados nessa usina.*

MATO GROSSO DO SUL: *Ocupação da fazenda Ramalhete, em Rio Brilhante, região central do Estado.*

BAHIA: *Desde de 1º de abril, foram ocupadas 23 fazendas.*

CEARÁ: *Ocupação da fazenda Serrote, no município de Ocara, por 190 famílias em 14/04. Na Região de Sertão Central 200 famílias ocuparam a fazenda Quizerambim.*

MINAS GERAIS: *Ocupação por 200 famílias, na madrugada de 17/04, da fazenda*

da Rede Ferroviária Federal S/A, no Distrito de Azurita, em Mateus Leme.

ESPÍRITO SANTO: *17/04: Duas ocupações, uma no município de Conceição da Barra, com 90 famílias. Outra no município de Vila Valério, também com 90 famílias.*

18/04: 120 famílias ocuparam no município de Fundão, a 40 KM de Vitória.

ALAGOAS: *Ocupação em Santa Quitéria, em Barra de Santo Antônio, com 50 famílias. Reocupação em São Sebastião, com 200 famílias.*

GOIÁS: *Em 17/04, 250 famílias ocuparam a fazenda Capim Tuba, em Itapuranga.*

OCUPAÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS: Em quase todos os Estados do país os sem-terra têm ocupado prédios públicos, exigindo a satisfação imediata de todas as reivindicações. Tal medida de força do movimento corresponde ao único método de luta que pode impor ao governo uma derrota, ou seja, a entrega das terras aos camponeses. Entretanto as medidas de força não podem parar por aí. Primeiro, é necessário tornar a ocupação duradoura, de forma que não finalize apenas como um mero protesto, utilizado pelas lideranças com interesses eleitorais, ou seja, de fazer parte do parlamento apodrecido da burguesia. Segundo: É necessário unir as reivindicações do movimento dos sem-terra às reivindicações dos operários da cidade. Só com a luta conjunta entre operários e camponeses a luta pela terra pode obter êxito. E o êxito dos camponeses é a vitória da revolução proletária.

**VIVA A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA!
OCUPAR AS TERRAS E OS
ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO
CAPITALISTA APODRECIDO!**

**UNIR AS REIVINDICAÇÕES DOS
OPERÁRIOS ÀS DOS CAMPONESES!**

**POR UM GOVERNO OPERÁRIO E
CAMPONÊS!**

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Jornada de luta do MST agudiza o choque contra o governo pró-latifundiário

O Movimento dos Sem-Terra (MST) foi duramente reprimido pelo governo FHC e pelos latifundiários, portadores de milícias armadas para proteger as fazendas. Cansado de aguardar o atendimento de suas reivindicações, o MST decidiu realizar uma série de ocupações de terras, combinadas com ocupações de prédios públicos. Através destas ações, obrigaria o governo a responder às suas exigências. Prontamente, Fernando Henrique preparou o exército e a Justiça para impedir as ocupações. O confronto entre os sem-terra e o exército deixou um camponês morto, centenas de feridos e muitos presos.

A radicalização dos sem-terra

Embora ameaçados pelo governo, o MST ocupou prédios públicos em quase todos os Estados do país. Em Rondônia, foi ocupada a Sede do Ministério da Fazenda por mais de mil camponeses. Na capital do Mato Grosso, Cuiabá, a Receita Federal foi ocupada por 500 sem-terra. Em Campo Grande (MT), armou-se um acampamento em frente à Receita Federal. Na capital de Goiás, Goiânia, também foi montado um acampamento diante da Receita Federal, com mais de 1500 sem-terra. No Maranhão, em Imperatriz, 500 tomaram conta da sede do Inbra. Na capital do Ceará, Fortaleza, centenas de manifestantes se posicionaram diante da Secretaria da Agricultura. Em Natal, manifestaram-se em frente à Prefeitura e à Sede do Ministério da Fazenda. Na Paraíba, mais de mil sem-terra ocuparam a Delegacia do Ministério da Fazenda. Em Recife, capital de Pernambuco, houve a ocupação da Delegacia do Ministério da Fazenda. Na capital de Alagoas, Maceió, milhares de sem-terra tentaram invadir a sede do Inbra. Em Sergipe, conseguiram se aposar da sede do Inbra. Na capital da Bahia, Salvador, centenas de sem-terra se posicionaram diante do Ministério da Fazenda. Na capital do Espírito Santo, Vitória, houve manifestação pública. Em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, a ocupação se deu por quase 500 sem-terra no Ministério da Fazenda. No Rio de Ja-



neiro, os camponeses tomaram a sede do BNDES. Em São Paulo, a ocupação foi na Receita Federal, por mais de 300 sem-terra. Em Santa Catarina, mais de 500 camponeses tomaram o Prédio do Ministério da Fazenda. No Rio Grande do Sul, houve a ocupação do Prédio do Ministério da Fazenda, também por centenas de camponeses. Na capital (DF), a ocupação se deu na Superintendência Regional do Inbra. No Paraná, na região de Campo Largo, para impedir a ocupação, o governo Lerner bloqueou a estrada BR-227 para que os sem-terra não chegassem a Curitiba. A polícia acabou matando Antônio Tavares e deixando centenas de feridos.

A amplitude desse movimento fez tremer o governo e o obrigou a mostrar o sentido verdadeiro da democracia burguesa. Ou seja, de que esta está a serviço dos capitalistas e da opressão sobre as massas.

Federações ligadas à Contag realizaram quase uma centena de ocupações de terra

As federações de trabalhadores rurais tinham como meta ocupar 71 fazendas, em 12 Estados e na capital (DF). Boa parte dessas ocupações foi no Estado de Pernambuco, onde 11.200 camponeses tomaram 40 fazendas, em 22 municípios. Para o presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), Manoel dos Santos, as ocupações foram decididas pelas Federa-

ções. A Contag entregou a Fernando Henrique as reivindicações do Grito da Terra 2000, apostando nas negociações com o governo. E está preparando uma manifestação em Brasília para o dia 11 de maio, para cobrar a resposta do governo.

O que chamou a atenção das atividades das Federações foi o fato de não se colocar a unidade camponesa com o MST. O governo tem procurado encontrar um canal de divisão do movimento dos trabalhadores sem-terra.

O MST ocupou fazendas no Pontal (SP)

A história de ocupação de terras do Pontal do Paranapanema (SP) já vem desde há muito anos. Nesses últimos dez dias, o MST ocupou mais 4 fazendas nessa região. Essas ocupações tem provocado o aumento da militarização nesse local.

As ameaças da UDR em utilizar milícias contra as ocupações são indicadores da necessidade da auto-defesa dos explorados.

Ocupações em Minas Gerais

Em Minas Gerais, Uberlândia, 700 famílias ocuparam a Fazenda Parque Florestal Douradinho. Houve confronto com os policiais que levavam a ordem de despejo.

O governador Itamar Franco, candidato em potencial à presidência da Re-

pública pela oposição, temeu que a resistência dos sem-terra obrigasse um feroz cerco policial, como ocorria em outros Estados, sob orientação do governo federal.

Os bloqueios de estradas

Houve o bloqueio de importantes estradas do país. A Transamazônica foi fechada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará. Houve manifestações em Marabá e em Santa Izabel. O MST bloqueou a SP-563, na parte oeste do Estado.

O bloqueio que era temido pelo governo era o de Rondonópolis (MT), no trevo entre a BR-364 e a BR-163, onde mais de 2 mil sem-terra se uniram a 500 caminhoneiros em greve.

Os bloqueios constituem um valioso método da luta camponesa.

As principais reivindicações do MST

O movimento dos sem-terra exige uma audiência com Fernando Henrique e com o Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Tudo seria negociado diretamente com o governo. As reivindicações são: 1) assentamento de todas as famílias que estão acampadas; 2) Cesta básica a todos os acampados até serem assentados e acesso ao crédito alimentação; 3) Aumento do crédito alimentação para um salário mínimo por mês até a conclusão do assentamento; 4) Crédito de 3500,00 para cada família assentada para iniciar a produção; 5) Elevação do teto de investimento de 9500,00 para 20 mil reais; 6) Liberação de 20 mil reais para as famílias cooperativadas; 7) aumento da verba custeio para 3 mil reais por ano; 8) Aumento do crédito habitação para 4500,00; 9) Abatimento de 50% nos juros e no capital de todos os financiamentos.

A radicalidade do governo em não atender reivindicações tão limitadas atesta que a burguesia não pode fazer reformas mínimas em favor dos camponeses. A verdade é que o capitalismo caminha irresistivelmente para maior concentração de riqueza e propriedade e maior esmagamento da vida das massas. Assim, é preciso que o MST supere o programa reformista dos assentamentos

e que ligue as reformas pró-camponesas à revolução social.

Violência reacionária do governo pró-imperialista de FHC

O governo reprimiu violentamente as ações dos sem-terra. Não respondeu às reivindicações e preparou uma escalada militar e judicial para punir os manifestantes. Em todos os Estados, houve confronto entre os sem-terra e policiais e a tropa de choque.

Em São Paulo, a polícia militar agiu selvagemmente contra os ocupantes do prédio do Ministério da Fazenda, impondo à força a desocupação. Nesse confronto, foram presos 15 trabalhadores. Rapidamente, a Justiça incriminou-os por formação de quadrilha, resistência e dano ao patrimônio público. Estão ainda presos no presídio do Carandiru.

Porém, foi no Paraná onde ocorreu o choque que levou à morte de mais um camponês e quase uma centena de feridos. Os sem-terra estavam dirigindo-se para Curitiba, onde ocorreria a manifestação. Os 40 ônibus foram cercados pela polícia militar. Não houve outra alternativa senão romper esse cerco. Os militares responderam com balas e mataram Antônio Tavares. Dez camponeses foram presos, entre eles Roberto Baggio, dirigente do MST no Paraná.

Não é novidade a utilização da violência reacionária contra os trabalhadores. As duas maiores chacinas - Corumbiara e Eldorado dos Carajás - ocorreram sob o governo de FHC. A tendência é fascistização do governo contra os movimentos.

Lei de Segurança Nacional contra o MST

A Polícia Federal usou da Lei de Segurança Nacional para abrir inquéritos em Brasília e em Cuiabá contra militantes do MST. Já são dois sem-terra indiciados na Lei de Segurança Nacional.

A Lei de Segurança Nacional, criada pela ditadura militar, foi conservada pela democracia burguesa para ser utilizada contra as direções que desafiam o poder de opressão dos capitalistas.

O pacote de repressão ao MST

Fernando Henrique Cardoso decre-

tou um pacote de medidas para ampliar a repressão ao movimento sem-terra. Em primeiro lugar, usando polícia e o Exército, desocupar os prédios públicos. A Advocacia Geral da União (AGU) determinou a prisão dos líderes do MST, que comandaram a ocupação do Ministério da Fazenda em Mato Grosso. Criou um departamento especial da Polícia Federal para intervir no movimento camponês. Faz parte do pacote repressivo a determinação de não inspecionar as terras ocupadas pelo MST, para efeito de assentamento.

UDR do Pontal intensifica as milícias armadas em defesa dos latifúndios

O novo presidente da UDR (União Democrática dos Ruralistas) do Pontal do Paranapanema, Almir Soriano, prometeu o que já vem fazendo: criar um corpo policial para proteger as propriedades dos latifundiários. Diz o recém empossado presidente: "O Pontal volta a ser um barril de pólvora, pois de um lado os sem-terra insistem em fazer as invasões, de outro, os fazendeiros estão no limite de sua resistência e pretendem reagir caso suas propriedades sejam ameaçadas".

Os fazendeiros são os que vêm reprimindo há muitos anos os sem-terra na região. Com o apoio do governo, da polícia do Estado e da Justiça, os latifundiários do Pontal agem contra o MST. São inúmeros os casos de prisões, confronto entre os sem-terra e a polícia e os processos criminais. Agora, querem uma UDR mais preparada para conter as invasões e eliminar o MST da região. Não é por acaso que exigem da UDR uma atuação mais firme no Parlamento para aprovar leis que possam garantir ainda mais o direito à propriedade através das armas. Também pressionam para que a UDR ganhe a confiança dos pequenos e médios proprietários para ampliar o cerco repressivo contra os sem-terra.

O braço protetor dos latifundiários, a UDR do Pontal pela sua atuação funciona como representação nacional, embora tenha 16 representações regionais nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A UDR volta com toda força com a função única de erradicar o movimento sem-terra pela violência reacionária das

armas dos fazendeiros e do poder do Estado (Parlamento, polícia e Justiça).

Fernando Henrique ameaça os governadores que não reprimiram exemplarmente o MST

Fernando Henrique exigiu que os governadores usassem de todos os recursos para pôr fim ao movimento dos sem-terra. Referiu-se a Dante de Oliveira (PSDB), governador do Mato Grosso, que se negou a usar o emprego da polícia. Foi citado Itamar Franco, governador de Minas Gerais, e Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, dizendo que era necessário acompanhar melhor a conduta desses dois governadores.

O Presidente FHC ameaçou com a promessa de que se os governadores não usassem a polícia para tirar os sem-terra dos prédios públicos, a Polícia Federal faria a desocupação.

Ao mesmo tempo em que intimidava os governadores que hesitavam na utilização da repressão policial, FHC elogiava a polícia de Covas, depois de prender 15 manifestantes e retomar o prédio da Receita. Da mesma forma, foi elogiado Jaime Lerner (PFL) pela ação assassina sobre os sem-terra, que culminou com a morte de Antônio Tavares e mais de 80 feridos.

A burguesia necessita da unidade e da centralização de suas forças repressivas e políticas para enfrentar os choques de classe que alcancem abrangência nacional. O fundamento do Estado é o da rigorosa centralização para exercer o poder da minoria capitalista sobre a maioria oprimida.

O PFL de Antônio Carlos Magalhães acusa FHC de ter sido mole com as primeiras ocupações de prédios públicos

Antônio Carlos Magalhães diz que FHC foi omissivo quando o movimento era ainda pequeno e que agora ficou mais difícil conter a radicalização dos sem-terra. Propõe o "diálogo", entre o governo e o MST. Porém, sem ceder às reivindicações do movimento. Ou seja, uma negociação que serviria para enrolar e desmobilizar a ação dos sem-terra.

Pretende, na verdade, que o governo use os métodos fascistas, caso o MST não

capitule através de falsas negociações.

A Igreja condena as ocupações

O bispo Jacy Braido diz que a reforma agrária deve ser feita na base do "convencimento" e do "diálogo". Recomenda que a Igreja cumpra esse papel de buscar o entendimento para reduzir os conflitos no campo. Afirma que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) realiza duas atividades com o MST: o grito dos excluídos e o movimento em defesa do perdão da dívida externa. Mostrou que a CNBB está temerosa com os rumos do MST. Diz que: "não queremos nem substituir nem derrubar o governo. Nosso espírito é de que o governo e o Congresso queiram bem o povo".

Por outro lado, a CNBB pretende coletar 1 milhão de assinaturas para propor uma emenda no Congresso Nacional para limitar o tamanho dos latifúndios. Com isso, pretende conseguir terras para a reforma agrária "consentida".

A maioria dos bispos não concorda com as ações do MST. Afirmam: "Consideramos a causa justa, mas não podemos concordar com invasões, depredações, enfim, com essa idéia de se fazer a reforma agrária na marra, como o pessoal das Ligas Camponesas já pregava nos anos 50". O bispo Orlando Dotti (Rio Grande do Sul), ex-presidente da CPT, defende as ações dos sem-terra, como forma de chamar a atenção para a "injusta distribuição de terra".

A defesa do bispo Jacy Braido de que o governo e o Congresso queiram bem o povo significa obscurecer a ditadura de classe da burguesia contra os oprimidos.

O PT e as ocupações do MST

Os deputados do PT condenaram as ocupações de prédios públicos pelo MST. Aloizio Mercadante chegou a dizer: "Nenhum ato de violência contribuiu para a luta". José Genoíno condenou a "depredação" dos prédios e a radicalização dos sem-terra. Afirmou que "a radicalização do movimento é consequência do desespero da população e da falta de um interlocutor no governo". Completa dizendo que não aceita: "depredação dos bens públicos e transformação de funcionários públicos em reféns".

As condenações do PT às ocupações foram elogiadas pelo deputado Aécio Neves do PSDB, partido de FHC. Este propôs a criação de uma comissão para pôr fim aos conflitos. Prontamente, Mercadante apoiou essa comissão.

Eduardo Suplicy serviu de interlocutor para tentar manter um encontro entre o MST e Raul Jungmann, como forma de conter as ações dos sem-terra.

No Paraná, apesar de exigir punição pela morte do sem-terra, a direção do PT condenou a "depredação" de prédios públicos pelo MST.

Porém, o reacionarismo chegou a tal ponto que o PT assinou uma nota com o secretário agrário Geraldo Pastana condenando todo tipo de violência e "depredação" do patrimônio público. A nota tem assinatura de José Dirceu, presidente do PT, e Mercadante, líder da bancada do PT na Câmara.

Os pacifistas do PT escondem a violência reacionária da burguesia que mata de fome, deforma fisicamente os miseráveis trabalhadores, assassina sem-terra e contém pelas armas o movimento social. Só a ditadura de classe da burguesia pode sustentar o latifúndios e os monopólios capitalistas.

As ilusões do MST com o PT

Gilmar Mauro, dirigente do MST, criticou Aloizio Mercadante por não fazer parte do "PT real". Diz que "Mercadante faz parte dos 10% do PT que estão institucionalizados, ou seja, preocupados em vencer as eleições...do que promover as reformas sociais". Porém, completou que é importante ganhar muitas prefeituras, mas sem abrir mão de lutas pelas reformas...". Procurou não criticar Lula, embora este faça parte da mesma corrente de Mercadante no PT, a Articulação.

As críticas de Gilmar Mauro fizeram com que José Dirceu e Genoíno entrassem em contato com a imprensa (Folha) e criticassem a liderança do MST. Mesmo assim, Gilmar declara que se trata apenas de discordâncias e não de rachas.

As ilusões no reformismo daqueles que lideram a luta tão encarniçada contra a opressão burguesa será fatal para o movimento revolucionário dos sem-terra, caso não sejam superadas. É preciso dizer claramente que o PT fez frente com o governo em defesa da democracia burguesa.

sa, da legalidade capitalista e do patrimônio estatal contra as ocupações. Trata-se de uma posição pró-governo e, por isso, contra-revolucionária.

“Recuo tático” do MST

Fernando Henrique exigiu que o MST desocupasse os prédios públicos e o MST pediu a presença de um Ministro da área econômica para dar início ao diálogo. O governo nomeou o secretário-executivo da fazenda, Amaury Bier e não Malan como pretendia o MST.

José Rainha disse: “...os sem-terra estão voltando para suas casas, mas tenha certeza que voltaremos em breve com mais força”. Gilmar Mauro admitiu que o movimento foi obrigado a recuar após o pacote de medidas repressivas do governo. Afirma: “A luta social tem de conciliar a razão e a emoção. Usando a razão, decidimos dar um passo atrás, para evitar mais mortes e feridos”.

Os fatos indicam que a ofensiva do

MST esbarrou na capacidade de representação do Estado. Porém, esse limite esteve determinado pelo apoio do PT aos ataques políticos do governo e de toda imprensa contra as ocupações. O fato do movimento camponês não ter a unidade com a classe operária e demais oprimidos urbanos constituiu o principal limite. As direções burocráticas da CUT e sindicatos sempre negaram formar a aliança operária e camponesa. É nos momentos de conflito aberto com o Estado que os trabalhadores em luta sentem a

necessidade da centralização unitária do movimento social.

O governo e suas forças repressivas se encontram altamente centralizados, a ponto de três governadores não agirem sob a orientação direta do poder federal provocar grandes pressões da burguesia em favor do centralismo repressivo. O poder das armas barra os combates quando estes mostram fraqueza na ausência da unidade. Essa é a grande lição para a próxima ofensiva dos camponeses em defesa de suas reivindicações.

RN: Apoio ao MST

O POR em Porto Velho informa que tem colaborado com o MST, pois estão acampados para uma jornada de negociações na cidade junto ao INCRA. No dia 17/04, houve manifestação do MST pelos 4 anos do massacre de Eldorado dos Carajás.

Intervimos também nas palestras que estão sendo realizadas nas escolas. Participamos também das manifestações do dia 22 junto ao MST, Consulta Popular e PCdoB. Nessa manifestação, as principais lideranças sindicais não compareceram ou colaboraram.

Imperialismo exige intervencionismo do Brasil

O discurso da secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, sobre a pobreza na América Latina e, particularmente, no Brasil, foi apenas um adendo demagógico ao objetivo central de exigir maior compromisso do governo brasileiro de seguir a política intervencionista dos Estados Unidos.

O principal alvo é a Venezuela. A incapacidade do governo vencer militarmente a guerrilha das Farc e os impasses da saída negociada, que implica em capitulação das Farc, colocam para o imperialismo a necessidade de intervir militarmente. Mas a melhor forma é contar com o Brasil e Argentina.

Está nos planos de Clinton constituir uma “força tarefa” sob a direção dos generais ianques. Assim, se colocaria uma máscara na ofensiva imperialista. Não falta o velho argumento de que se trata de assegurar a democracia, que não é outra coisa senão manter o capitalismo putrefato. A referência ao Peru de que o Brasil tem de se posicionar pela lisura das eleições é uma outra máscara. Os Estados Unidos estiveram por detrás da fujimorização deste país, embora, como sempre fazem, tenham clamado pela de-

mocracia e pelos “direitos humanos”.

Os maiores carneiros do mundo não podem permitir que movimentos revolucionários progridam na América Latina e outras partes. Representam ameaça ao capitalismo e, portanto, às necessidades do imperialismo. A luta anti-imperialista é constitutiva de todo movimento que ganha dimensão contra os governos entreguistas.

Os governos burgueses latino-americanos empurram o continente para maior atraso econômico e esmagam a vida das massas, atendendo às reformas ditadas pelos interesses do capital internacional e pelas potências que o representa. A tal da democracia comparece como melhor forma para impor a linha antinacional e antipopular desde que as massas estejam submetidas às ilusões eleitoreiras.

Ocorre que as reformas pró-imperialistas agravaram as contradições do capitalismo atrasado, semicolonial. Os explorados não podem continuar suportando o avanço do desemprego e da fome sem se levantarem. A resistência dos trabalhadores bolivianos, os mais politizados da América La-

tina devido às duras experiências na luta antiimperialista e à presença do POR, expressa bem a agudização da crise burguesa. Mas há exemplos em todo continente, inclusive no Brasil com a atual jornada de combate do MST.

Os Estados Unidos temem que os governos já não tenham capacidade suficiente para conter a polarização das classes e as manifestações antiimperialistas. Exigem endurecimento militar e formação de uma força intervencionista sob seu comando. O movimento operário e camponês terá de alcançar uma poderosa organização unitária antiimperialista, colocando abertamente o programa que contenha as reivindicações mais elementares ligadas à estratégia da revolução proletária.

Trata-se de todas correntes que se reivindicam dos oprimidos e as organizações de massa formarem uma frente única antiimperialista, em cuja direção esteja a classe operária. Está colocado organizar os comitês pela derrubada das medidas pró-imperialistas do governo, em defesa da vida das massas e contra o intervencionismo imperialista.

É necessário defender o MST contra a repressão governamental

A violência policial contra as manifestações do MST, que deixa mais um camponês morto na história dos assassinatos de sem-terra, corresponde a um conteúdo de classe. Os governos assassinos de FHC (PSDB) e de Lerner (PFL) defendem os interesses dos latifundiários, banqueiros e sobretudo do capital financeiro internacional (imperialista).

Os trabalhadores agrários programaram manifestações em todo país porque estão à míngua nos assentamentos e acampamentos, enquanto o governo entrega bilhões aos banqueiros e favorece de todas as maneiras os grandes grupos econômicos.

O fato é que mesmo assentados os lavradores pobres continuam oprimidos pelas relações capitalistas de produção. Se estão sem-terra, passam fome. Se estão assentados, vivem na miséria, sem condições de produzir. Todos sabem que os pequenos são engolidos pelos grandes proprietários e pelo poderoso capital comercial.

Sob pressão da luta de classe no campo, o governo assenta uma minoria e a deixa a sua própria sorte. Através do fracasso dos assentamentos (essa é a fraude da reforma agrária) e da brutal repressão aos camponeses sem-terra, o poder do Estado objetiva dissolver e derrotar o MST. O que comprova a impossibilidade da reforma agrária pela via do Estado burguês e dos meios de assentamentos submetidos às relações predominantemente latifundiárias.

Indica a inviabilidade da distribuição de terra pela via pacífica, ou seja, através do Estado.

Essa realidade material (econômica) está por detrás das chacinas, da atual repressão e da formação de milícias armadas pela UDR. Não podemos esperar outra alternativa senão ataques mais bárbaros ainda contra os explorados, tanto do campo quanto da cidade.

A sustentação da ordem econômica monopolista resulta em ataques ditatoriais à luta organizada dos camponeses, da classe operária e demais trabalhadores. É o que estamos vivendo em toda América Latina e outras partes. As contradições capitalistas impõem a barbárie para a maioria explorada.

Assim, onde há luta, o poder das armas ceifa vidas entre os que passam fome. É o caso de mais um assassinato de sem-terra do Paraná.

O governo justifica o aparato militar com a democracia. O novo Ministro da Justiça defende a violência estatal com os direitos humanos. Mas essa é a democracia dos magnatas, dos que matam de fome adultos e crianças, impondo-lhes a lei do desemprego, da expropriação de suas pequenas propriedades agrárias, do salário mínimo de 151 Reais, das favelas, dos acampamentos etc.

Se os trabalhadores não lutam com sua força de massa, desagregam-se na barbárie. Se lutam, são acusados de bárbaros, in-

civilizados e de ameaçarem os direitos humanos, ou seja o direito dos grandes capitalistas explorarem e ficarem cada vez mais ricos. Esse é o conteúdo de classe da ofensiva policial de FHC contra o MST e da democracia burguesa.

É nosso dever denunciar a repressão, defender a livre manifestação dos camponeses, apoiar a luta dos sem-terra, trabalhar pela formação de um tribunal popular para punir os crimes contra os oprimidos e organizar os comitês de base em cada lugar de trabalho, de estudo e nos bairros.

A omissão das direções operárias em organizar a unidade com os camponeses tem sido um dos obstáculos para construir a aliança operário-camponesa, instrumento essencial para vencer os capitalistas, que exploram os operários nas cidades e são os latifundiários armados no campo. A aliança operário-camponesa é condição para a vitória dos sem-terra e leva as massas oprimidas a darem um passo fundamental na direção da revolução proletária e do governo operário e camponês, única forma de liquidar definitivamente com o problema da terra e da exploração.

Fora a repressão dos movimentos sociais!

Direito de autodefesa dos explorados!
Liberdade aos presos do MST!

Atendimento imediato das reivindicações!

Abaixo o governo repressivo de FHC!

Chega de repressão ao MST! Terra aos camponeses! Libertação imediata de todos os presos do MST

Em dezenove estados do país o MST realizou manifestações para exigir do governo condições de existência para os camponeses e a reforma agrária. A resposta do governo foi violenta repressão policial.

O mais grave ocorreu no Paraná. Os sem-terra foram bloqueados quando se dirigiam a Curitiba por um batalhão de 800 homens. A agressão policial acabou com a vida de Antônio Tavares Pereira. Quarenta ficaram feridos e muitos presos.

Está aí mais um retrato dos 500 anos de opressão social.

O aparato de guerra contra os camponeses expressa a ditadura de classe dos capitalistas e do seu governo contra a maioria que produz a riqueza do país e que suporta o dia-a-dia da fome. O novo Minis-

tro da Justiça, considerado o representante dos Direitos Humanos no governo, José Gregori, deixou claro que a justiça dos exploradores se faz com armas e cães.

O governo acusa o MST de atentar contra a democracia e a ordem pública. Acontece que a democracia de que fala é a de proteção dos poderosos e a da miséria dos trabalhadores. Se esses não lutam, utilizando-se da força social coletiva, morrem à míngua. As ocupações realizadas pelo MST correspondem às necessidades dos camponeses.

O governo tem enchido os cofres dos banqueiros nacionais e estrangeiros. A desvalorização do Real entregou da noite para o dia 100 bilhões de reais aos financistas agiotas. Em contrapartida, a mesma re-

forma neoliberal destruiu a previdência pública, agigantou o desemprego, reduziu a massa salarial, aumentou os impostos e caminha para pôr fim ao ponto 7 da Constituição, objetivando liquidar elementares conquistas trabalhistas. Essa é a democracia reservada aos trabalhadores e é em nome dela que o aparato policial é lançado contra os sem-terra.

Mas esses ditadores não vão nos enganar. Respondemos: Todo apoio ao MST! Direito de manifestação aos trabalhadores! Liberdade imediata de todos os presos! Tribunal Popular para punir os assassinos de trabalhadores! Atendimento das reivindicações do MST! Terra aos camponeses!

Comitê contra a Opressão Social e Política – PUC/SP

Lula e o 1º de maio

Lamentar para se livrar

No discurso de 1º de Maio, Lula disse que, se a classe operária estivesse bem organizada, o governo não teria imposto o salário mínimo de R\$151,00. Mas omitiu a explicação do por que o proletariado não está bem organizado.

Ocorre que a burocracia sindical, vinculada à política reformista (pró-capitalista) do PT, é um obstáculo para a classe operária avançar em sua organização independente. As manobras e finalmente a quebra da última greve na Ford contra as demissões são o exemplo mais recente do por que os trabalhadores não estão mais ofensivos contra os ataques da burguesia (salário mínimo de fome etc).

Mas tomemos o caso da denúncia de Lula contra os R\$151,00 de FHC. O que o PT defendeu? Acabou por apoiar os R\$180,00 (100 dólares) de Antônio Carlos de Magalhães (PFL). O que significa trair as necessidades vitais dos explorados.

Se o proletariado estivesse bem organizado, teria se levantado contra FHC (PSDB), ACM (PFL) e Lula (PT). Seus salários mínimos são um atentado contra a vida dos que trabalham.

Mais uma vez, Lula demonstra o quanto se corrompeu na política burguesa. E não é de hoje.

Para a classe operária se organizar, terá de combater os falsos dirigentes, de rechaçar o reformismo petista e o colaboracionismo de seu braço burocrático na CUT e sindicatos. A defesa intransigente das reivindicações dos oprimidos, a utilização do método da ação direta e o trabalho pela organização de base constituem o primeiro passo na luta pela independência de classe e pela expulsão das direções traidoras.

Conversa de Vicentinho

O Vicentinho, presidente da CUT e candidato a prefeito em São Bernardo do Campo, discursou antes do caudilho Lula no encerramento do 1º de Maio. Fez um relato sobre os feitos da greve metalúrgica de 1980 e do 1º de Maio deste ano. Comparou com a atualidade e concluiu que houve retrocesso.

Da mesma forma que Lula, não poderia tocar nas reais causas. Sistemáticamente, a direção sindical de São Bernardo vem se curvando diante da ofensiva patronal contra empregos e salários. Empenhou-se por evitar novas greves metalúrgicas que abarcassem toda a região e que se reproduzissem as gigantescas assembléias da Vila Euclides.

Frente aos confrontos inevitáveis, os

burocratas isolaram as reivindicações e as lutas, inventando “greve pipoca”, “vaca louca” e outras versões de fragmentação da força coletiva dos operários metalúrgicos. Os infames traidores tremem diante da idéia de que os trabalhadores do ABC possam parar toda a região e assim se confrontar não com um patrão isolado mas com a classe capitalista e seu governo.

Os acordos de flexibilização do trabalho, de demissões voluntárias e os das extintas câmaras setoriais provam que a direção sindical comandada

por Lula/Vicentinho/Menegueli/Marinho são um grande obstáculo para os metalúrgicos resistirem à violenta destruição de postos de trabalho, ao desemprego crescente e à liquidação de elementares conquistas sociais. A colaboração entre sindicatos operários e a classe patronal esmaga a vida dos assalariados, mantém a situação de miséria da maioria e sustenta o capitalismo decadente.

Ao contrário dessa política, trata-se de lutar a fundo pelas reivindicações dos explorados e desenvolver a capacidade de ação de massa através da luta de classe. Só assim o proletariado cavará poderosas trincheiras no interior do capitalismo e reunirá as condições políticas e históricas para a sua destruição.

1º de Maio – Fortaleza, CE: Direção da CUT transforma “ato-show” em palanque eleitoral

A direção da CUT-CE, constituída majoritariamente pelo PT, organizou um “ato-show” alusivo ao dia do trabalho no pólo de lazer do Conjunto Ceará, bairro mais populoso de Fortaleza. Nem as atrações culturais que se revezaram nem o apoio de setores da igreja e do movimento hip-hop foram suficientes para aproximar a população: somente duas mil pessoas (no clímax) prestigiaram o ato, sendo que boa parte destas eram militantes dos partidos que compõem a frente das esquerdas (PCdoB, PT, PSB, PDT e PCB) para as eleições municipais de outubro.

As poucas pessoas que acompanharam o ato até o fim conferiram um clima festivo pouco compatível com a conjun-

tura por que passam os trabalhadores. Nesse contexto, subiram ao palanque diversos líderes comunitários e partidários, conclamando a assistência a apoiar nas urnas os candidatos da frente e fazendo ainda uma defesa romântica do socialismo. A intransigência com que foram tratadas as correntes e partidos que discordam do “oba-oba” eleitoralista adotado pela frente e da política de capitulação da CUT perante a burguesia caracterizou-se pela falta de critério no uso do som e pelo desrespeito ao direito de divergência. Até mesmo o PSTU, que participa da direção da CUT, foi posto a margem das falações, uma vez que denunciou que a frente não teria compromisso com a classe trabalha-

dora por admitir partidos como o PDT e PSB.

A lição que se retira deste ato e o encaminhamento que se faz necessário é simples: é urgente varrer as direções aparelhistas que tentam conciliar a luta de classes. Isso só se obtém com a construção do partido revolucionário, que defenda incondicionalmente o socialismo e esteja calcado num programa que levante as bandeiras da revolução e da ditadura proletária internacional. Só assim as forças produtivas se livrarão do controle capitalista que submete as massas à barbárie e à miséria. Trabalhadores, unam-se ao Partido Operário Revolucionário!

PSTU em S. Bernardo do campo (SP): apoio a Vicentinho

Eis o lema do PSTU no ABC: "Unir a esquerda para apoiar Vicentinho". O PSTU conseguiu estabelecer uma aliança eleitoral com o PT no município, o que lhe permitirá potencializar a sua candidatura a vereador. Mas qual o significado político do apoio a Vicentinho e ao PT?

Vicentinho é o principal dirigente da CUT. Com sua política, tem evitado a unificação nacional das massas no combate ao plano de fome de FHC. É responsável pelo acordo traidor que pôs fim à heróica greve dos petroleiros e pelo acordo que permitiu a aprovação da reforma da Previdência, que pôs fim à apo-

sentadoria por tempo de serviço.

O PT tem cumprido um papel reacionário na situação. Basta ver a condenação de seus principais dirigentes às recentes ações do MST e o apoio ao salário mínimo de fome do PFL.

O PSTU teria todas as condições de lançar candidato próprio na cidade paulista. Poderia utilizar essa candidatura para se contrapor às candidaturas burguesas e à reformista de Vicentinho. Mas preferiu a aliança, que lhe permite sonhar com um cargo de vereador.

Essa unidade já teve influência em seu programa. Exemplo: em relação aos transportes, propõe a construção

de um metrô de superfície, redução das tarifas, melhoria da qualidade dos ônibus e retomada de uma empresa municipal de transportes. Assim, nega-se a travar a luta contra as empresas privadas de transporte, exigindo a estatização, que é uma reivindicação democrática, que o capitalismo em crise não pode atender.

O PT se aburguesou ao ponto de se aliar com as empresas de transporte privado, e isso não é de se estranhar. A política seguidista do PSTU o está arrastando de modo a renegar reivindicações básicas como a do transporte estatal dirigido pelos trabalhadores.

PSTU/PCO se agridem na Vila Euclides

No final do ato de 1 de Maio, na Vila Euclides, PSTU e PCO se atacam fisicamente. Segundo PCO, militantes do PSTU foram os agressores, motivados pelas críticas. Na versão do PSTU, um de seus militantes foi agredido por 8 de PCO numa emboscada no banheiro. Em seguida, o PSTU respondeu com a mesma moeda, chegado a destruir uma barraca do PCO.

De nossa parte, temos uma má experiência com PCO, que preparou um ataque físico a militantes do POR em frente à fábrica Bordon (hoje Swift), isso depois de nos difamar no microfone do Sindicato dos Frios como sendo comprados pelos patrões e procurar que os operários nos atacasse. O citado José Luiz que apanhou do PSTU foi um dos agressores ao POR. Recentemente, na USP, PCO agrediu um estudante opositor e este recorreu à polícia. PCO publicou em seu jornal que tal militante era do POR. Uma mentira difamatória, até agora não desfeita, apesar do POR denunciar publicamente em seu jornal Massas a falsa acusação. Há outros fatos de agressão física a outras correntes, que não vem ao caso citá-los.

Quando PCO ataca, procura esconder sua obra, sempre utilizando o argumento "ninguém viu". Quando apanha, condena os métodos da agressão como se fosse principista na questão. PCO tem por prática utilizar a intimidação e agressão física, recorrer aos boletins policiais de ocorrência, aos exames de corpo delito e aos processos judiciais. Torna assim o aparato repressivo do Estado árbitro dos conflitos com seus adversários ideológicos.

Essa experiência a mais nos mostra a necessidade de extirpar do movimento so-

cial o método da agressão por razões de divergências ideológicas entre as correntes que se reivindicam dos trabalhadores.

Uma lição internacional

Leon Trotsky, em um artigo intitulado "Resposta aos Oposicionistas Chineses", em 1929, condena a violência estalinista contra adversários ideológicos. Abaixo transcrevemos uma das passagens.

"Informaram-me que os estalinistas chineses balearam um opositor nas ruas de Cantão. Por inaudito que possa aparecer esse ato, não o considero impossível. Lenin acusou Stalin em seu 'testamento' de ter uma tendência pessoal a abusar do poder, isto é, da violência. Desde então essa característica se desenvolveu monstruosamente no aparato do Partido Comunista da União Soviética e se estendeu à Internacional Comunista. Naturalmente, a ditadura do proletariado é inconcebível sem o uso da força, ainda que contra determinados setores do proletariado. Mas o estado operário também necessita que a democracia operária exerça um controle muito atento para que se saiba como, porque e em nome de quem se utiliza a violência. Esse problema se coloca de maneira totalmente diferente nos países burgueses, nos quais o partido revolucionário constitui uma pequena minoria da classe operária e tem de lutar para ganhar a maioria. Nessas condições, o uso da violência contra os adversários ideológicos - não contra os fura-greves, nem os provocadores, nem os fascistas que atacam pelas costas, senão os adversários ideológicos, incluídos os

operários social-democratas honestos - é um crime enorme, e uma loucura que inevitavelmente se volta contra o próprio partido revolucionário. Na áspera luta que travaram os bolcheviques contra os *narodniks* e os mencheviques durante os quinze anos que precederam à Revolução de Outubro, nunca se empregaram métodos de violência física. Quanto ao terror individual nós marxistas o rechaçamos ainda que em relação à casta czarista. No entanto, recentemente os partidos comunistas, ou melhor, seus aparatos, recorrem cada vez com maior frequência ao rompimento dos atos públicos e a outros métodos tendentes a suprimir automaticamente os adversários, fundamentalmente à Oposição de Esquerda. Muitos burocratas estão sinceramente convencidos de que nesse caso consiste o verdadeiro bolchevismo. Vingam-se em outros grupos proletário em função de sua impotência frente ao Estado capitalista e, conseqüentemente, convertem a polícia burguesa em árbitro de nossas diferenças.

É difícil imaginar a depravação que engendra essa combinação de impotência e violência. Jovens se acostumaram a considerar o punho como arma mais segura que a discussão. Em outras palavras, estimulam o cinismo político, o que, mais do que qualquer outra coisa, prepara os indivíduos para passar ao campo fascista. É necessário combater implacavelmente os métodos brutais e desleais do estalinismo, denunciando-lhes na imprensa e nas reuniões, impulsionando os operários o ódio e o desprezo a estes pseudo-revolucionários que, em lugar de apelar ao cérebro, recorrem aos golpes".

(Leon Trotsky, Escritos, tomo I, vol. II, páginas 568-569, editorial Pluma).

Caso Riocentro

Terrorismo do Estado

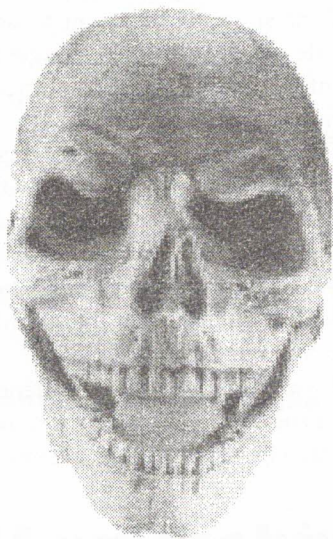
O Supremo Tribunal Militar arquivou o pedido feito pela Comissão de Direitos Humanos de reabertura do inquérito do caso Riocentro. Considerou que “a anistia extingue o crime”.

Há 19 anos, precisamente em 30 de abril de 1981, época da ditadura do general Figueiredo, um grupo militar preparava uma bomba para explodir no Riocentro, onde ocorria uma comemoração ao Dia do Trabalho, quando esta detonou no colo de um deles. O feliz acidente denunciou o ato terrorista planejado nos porões do exército.

Como não poderia deixar de ser, a apuração feita pelo governo foi uma fraude. Acobertou-se a alta cúpula do exército.

O fim do regime militar foi precedido por um decreto de anistia que serviu essencialmente para proteger os fascistas que comandaram assassinatos, torturas, prisões, desaparecimentos etc de militantes de esquerda. A idéia de que todos deveriam esquecer o passado foi e continua a ser uma arma para o Estado esconder o terror da época da ditadura militar. Procedeu-se assim com o genocídio praticado pela ditadura de Videla na Argentina, de Pinochet no Chile e em outras partes.

O que chama a atenção é o fato dos



democratizantes terem apoiado a legalidade da anistia imposta pela própria ditadura, com anuência do imperialismo norte-americano. E continuam a criar ilusão na possibilidade de esclarecimento e julgamento dos terroristas do Riocentro.

Ocorre que fazê-lo significa mostrar que o aparato militar (o exército) é um instrumento do terror de Estado contra as massas a serviço dos capitalistas. Os órgãos especializados e grupos clandestinos existentes dentro do próprio aparato são partes da própria instituição. Os grupos paramilitares continuam existindo e

provavelmente o coronel Wilson Machado, que detonaria a bomba no Riocentro, continua a pertencer a algum deles a espera de agir na hora certa.

Essas experiências servem para mostrar a verdadeira tarefa, que é de destruir o terror do estado através da revolução proletária. Certamente as denúncias e as bandeiras democráticas de punição aos militares terroristas são importantes, mas devem apenas ser meios de mobilização e politização da classe operária e demais oprimidos. Nossa resposta é constituição de um **tribunal popular**, criado pelas massas em luta contra o Estado.

O terror do Estado permanece mais ativo do que nunca, com a diferença que pode ser exercido sob o regime dito democrático. As chacinas de camponeses em Corumbiara e Eldorado dos Carajás, o recente assassinato do sem-terra Antônio Tavares Pereira no Paraná e as prisões contra o MST são expressão do terror do estado, que varia tão-somente na sua forma.

O fundamental é que o terror contra os explorados e suas organizações políticas é a encarnação da ditadura de classe da burguesia. A revolução proletária a eliminará, cedo ou tarde. Para isso, construamos o Partido Operário Revolucionário.

Fortaleza-CE

Frente Popular lança programa de governo para fortaleza

A Frente de Esquerda (PC do B, PT, PCB, PSB, PDT e PSTU) realizou no dia 8 de abril o “Encontro da Cidadania”, no auditório do Cefet-CE, onde lançou um esboço do programa de governo para Fortaleza. O material apresentado é resultado de um trabalho de 12 grupos que fizeram um diagnóstico dos problemas da cidade. Por suas características, atende a interesses eleitores.

O eixo da campanha de Inácio Arruda (PC do B) será a falácia do “orçamento participativo”, engodo do reformismo petista que supostamente garantiria a participação direta da população para

definir o que seria executado pela Administração Municipal. De fato, transfere-se para setores da população a responsabilidade parcial da alocação de miseráveis recursos. Até agora, as administrações petistas, com seu “orçamento participativo”, não reverteram as consequências da crise capitalista (desemprego, miséria, baixos salários). Pelo contrário, continuam sendo instrumentos dóceis de setores da burguesia nacional e do imperialismo.

O caráter frente populista e anti-operário das propostas foi bem resumido por Inácio Arruda ao dizer que, “é

um material que vai ser submetido a críticas e sugestões da sociedade – universidades, sindicatos, segmentos empresariais, associação de bairro – para tornar o programa o mais próximo possível da realidade do nosso município” (O Povo, 09/04/2000). Mais o que é “o mais próximo possível da realidade”, se não as favelas, o arrocho salarial, a falta de saneamento básico e de saúde, a carência de educação pública, a desagregação social dos bairros populares? Tudo isso, para atender aos interesses dos grupos empresariais e das oligarquias políticas, que dominam as massas com a

ilusão que “governam para toda a sociedade”. Na verdade, o esboço de programa lançado não é para toda a cidade, mas para seus setores privilegiados.

A Frente de esquerda propõe “priorizar o transporte público no uso do espaço viário em relação ao automóvel privado”, “articular com o Governo do Estado do Ceará a integração física, operacional e tarifária do Metrofor, com os demais subsistemas do sistema de transportes de Fortaleza”, “descentralizar a gestão habitacional”, “criar uma instituição gestora do meio ambiente”, entre outras pérolas de demagogia eleitoral e burguesa.

No entanto, os trabalhadores querem outra coisa bem diferente. Querem moradia, salário vital, transportes de qualidade e barato, saneamento básico, saúde e educação públicas e o controle efetivo sobre os destinos da cidade, o que antagônico aos interesses dos “segmentos empresariais”. Pois, as 614 favelas de Fortaleza, as 5.248 famílias que moram nas 67 áreas de risco, o déficit habitacional que atinge 159 mil pessoas e o desemprego de 12,66% da População Economicamente Ativa (97.161 trabalhadores), por exemplo, cria uma mão-de-obra barata e favorece o clientelismo, fontes de lucro e de dominação para todos os segmentos da burguesia.

O significado da Frente Popular

A frente popular não é simplesmente um fenômeno eleitoral. As eleições têm servido às direções do PT, do PC do B e da CUT para formalizar, aprofundar e justificar a subordinação das organizações operário-populares à burguesia. A tese de derrotar candidatos reacionários e partidos conservadores nas eleições

para apresentar um projeto democrático-popular viável, que tem por fundamento a tática reformista de que as eleições têm um caráter político decisivo, é a outra face da quebra da iniciativa de luta das bases trabalhadoras, do isolamento da resistência à ofensiva da burguesia nacional e do imperialismo (neoliberalismo) e do apoio à proposta ilusória de “desenvolvimento (capitalista) com distribuição de renda”.

Assim, frente eleitoral de partidos com influência operária (PT, PC do B, PSTU) com a burguesia (PSB, PDT, etc.) não é um fenômeno isolado, mas a culminação de uma política de colaboração de classes que tem inúmeras manifestações como a priorização da ação parlamentar na Câmara Municipal em detrimento das ações de massa, a desmobilização e não unificação dos diversos movimentos de combate à atual administração municipal (professores, funcionários municipais, estudantes, garins e movimento popular). O Prefeito Juraci Magalhães (PMDB), acabou com o IPEC, demitiu funcionários, atacou os professores, desestruturou o ensino e a saúde pública, abandonou o saneamento dos bairros populares, e a direção da CUT, o PT e o PC do B, não ergueram uma palha para transformar as resistências isoladas numa frente única contra os governos Juraci, Tasso e FHC. Por que isso? Porque poderia assustar “os segmentos empresariais”, que vivem de explorar o proletariado em Fortaleza. Isto é, a política das direções operárias chegou a um avançado estágio de integração ao regime político burguês do qual a frente eleitoral (PC do B, PT, PSB, PDT, PCB, PSTU) é apenas a ponta do *iceberg*. O compromisso político destas direções, de fato, é com o regime capitalista e não com os trabalhadores de Fortaleza.

Um programa revolucionário

A solução dos problemas básicos de Fortaleza virão como produto da luta antiimperialista e anticapitalista, desenvolvida por operários, desempregados, estudantes, comerciários, professores, funcionários públicos e população em geral. Tal luta deve levar a construção de uma direção revolucionária que defenda a estratégia da revolução e ditadura proletárias, por meio da tática da Frente Única Antiimperialista. É por isso que o Partido Operário Revolucionário (POR) defende:

- Abaixo FHC, Tasso e Juraci!
- Estatização das empresas de ônibus Fortaleza, sob o controle dos trabalhadores!
- Apoio e incentivo às ocupações urbanas!
- Fim do trabalho aos domingos no comércio, jornada de 6 horas para os comerciários!
- Jornada de 6 horas para o funcionalismo público municipal!
- Concurso público para professores, fim dos contratos temporários!
- Salário mínimo vital de R\$ 1.900,00!
- Frentes de trabalho em obras públicas!
- Passe livre para estudantes, idosos e desempregados!
- Controle dos trabalhadores sobre o serviço público!
- Ensino vinculado à produção social!
- Isenção de tributos (IPTU, taxas, etc.) para os assalariados, que os ricos paguem pela crise!
- Conselhos populares submetidos a assembleias populares para governar Fortaleza!

Condutores São Paulo

Campanha Salarial Unificada?

De uma hora para outra, apareceu um boletim chamado Serviço Essencial, que seria um boletim único da campanha salarial unificada 2000 do Sindicato dos Motoristas, dos Metroviários, dos Sintaema, dos Sindiviários e Sindificot. Na verdade, trata-se de uma farsa, pois para unificar verdadeiramente deveriam

ter convocado uma assembleia conjunta que encaminharia uma pauta de reivindicações unitária e que seria dirigida por um comando de mobilização unificado.

Mas as várias burocracias sindicais não querem isto, pretendem apenas dizer que estão unificadas para ludibriar

as suas bases.

Os trabalhadores não podem se iludir com palavreados da burocracia sindical, manejado pelo Pcdob e PT. A nossa bandeira é de unificar o movimento através da assembleia, de um comando eleito pelos trabalhadores e pelos comitês de base.

Ganhar as ruas diariamente, bloquear, ocupar e unificar os grevistas

Assembleia aprovou a continuidade da greve

A assembleia do dia 5 decidiu pela continuidade da greve. A presença de milhares de professores e estudantes deu ânimo àqueles que estavam indecisos com o movimento. As direções sindicais tinham planejado uma paralisação de três dias, com a ilusão de que o governo fosse abrir negociação. O contrário ocorreu. O governo não recebeu os sindicatos e passou a atacar a greve. Diante dessa situação, não restou outra alternativa para a burocracia sindical senão defender a continuidade da greve.

As direções sindicais repetem os erros do passado

A política para a greve é sempre a mesma. Ou seja, não organizar os grevistas para enfrentar a truculência do governo. Uma greve apoiada unicamente nas visitas às escolas, nos atos regionais, nas assembleias regionais e estaduais.

Essa experiência já fizemos em 1995 e repetimos em 98. O resultado foi o fracasso. Não conseguimos barrar a reforma educacional do governo e muito menos obter conquistas salariais.

É necessário rechaçar essa política para impor derrotas ao governo. Este além de ser intransigente na política do Banco Mundial para a educação, também segue fundo a implantação do arrocho salarial e demissões dos planos de FHC/FMI.

Organizar as ações de rua, os bloqueios e as ocupações

Há um argumento que os professores dizem em todas as escolas: a greve da educação não atinge o governo porque não mexe com a economia. Porém, este não é plenamente verdadeiro. Se a educação se unir aos trabalhadores e tomar para si os métodos próprios da classe operária e demais oprimidos atinge a economia e o governo.

Os exemplos dos bloqueios de estradas e as ocupações de prédios públicos realizados pelos caminhoneiros e sem-terra têm obrigado o governo a responder às reivindicações.

Não há outro meio de fazer o governo ceder. É preciso preparar bloqueios centralizados, envolvendo grande quantidade de professores, alunos, pais e outros trabalhadores. As direções concordaram formalmente com os bloqueios, porque se recusam a organizá-los. Será através da

pressão das bases que imporá o método dos bloqueios e das ocupações.

Somente com os métodos ativos e de massa a greve se fortalecerá contra a inflexibilidade governamental.

A aprovação da mudança do eixo da campanha

A assembleia decidiu modificar o centro da greve. A burocracia sindical defendeu a manutenção dos 5 salários mínimos, por ser uma promessa de Covas. Um setor da Oposição propôs a luta pelo emprego, salário, mudança da grade curricular, contra a municipalização e a reforma do ensino médio. Esta proposta foi vitoriosa. A burocracia tentou manobrar, mas um setor descontente com a reivindicação de 5 salários mínimos apoiou a alteração do eixo da greve.

O Partido Operário Revolucionário já tinha se posicionado pela defesa do salário mínimo, piso inicial de 1900,00 e pela redução da jornada de trabalho para 20 horas semanais. O reajuste salarial e a fixação do piso de 1900,00, combinado com a redução da jornada de trabalho colocavam por terra a política governamental de arrocho e demissão. Juntamente com essas duas reivindicações estava a luta para pôr abaixo a reforma privatista do Banco Mundial. Nesse sentido, lutamos contra o 5 mínimos e contra a ampliação da grade curricular como forma de aumentar o emprego. O aumento e agora a diminuição da grade curricular é uma ação do Estado para impor a reforma da educação. Tanto o aumento que veio com a Escola Padrão de Fleury, quanto a redução com a municipalização de Covas fazem parte de uma mesma política de destruição da escola pública e aumento da exploração do trabalho dos educadores.

Nesse sentido, nosso posicionamento é de piso salarial de 1900,00, redução da jornada para dar emprego a todos, fim da reforma privatista de FHC/Covas e Banco Mundial e estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores.

O POR não voltou a colocar em votação essa proposta, já votada anteriormente, sendo minoritária, porque o problema essencial do momento não era modificar as reivindicações, mas sim fortalecer a greve com métodos da ação direta.

Desconfiança dos grevistas e o comando de negociação

As direções sindicais não abrem mão de

serem os negociadores com o governo. Em todas as greves, são eles que vão para as reuniões e discutem as nossas reivindicações.

Uma parcela importante da classe não confia nessa direção e muito menos nas negociações feitas entre o governo e essa burocracia. Por isso, a assembleia se dividiu na votação da eleição de um comando de base eleito diretamente para servir de negociador. A diretoria da Apeesp, temerosa em perder mais uma proposta, concordou em ampliar o número da comissão de negociação, incluindo mais um de base de cada entidade. Na verdade, uma manobra, porque isso não muda o caráter burocrático do comando. Ou seja, não está submetida aos grevistas.

É preciso corrigir o erro de não aprovar concretamente a unidade com o funcionalismo e com os grevistas das Universidades

As direções propuseram participar do ato dos grevistas das Universidades, no dia 10. Sem nenhum esforço para que de fato se materializasse a unidade dos setores que já estão em greve. Por outro lado, os grevistas universitários também não fizeram nenhum empenho para estar presentes na assembleia e defender a unidade no dia 10.

Assim, a burocracia sindical tratou de marcar a assembleia dois dias depois do ato. Essa proposta foi apoiada por um setor da Oposição, que temia ser o dia 10 um "encurtamento" de calendário para pôr fim à greve.

O POR e outro setor da Oposição defendeu a unidade grevista no dia 10, com assembleia nesse dia para garantir a presença massiva dos professores do interior. Um dia 10 unitário poderia ser o início da unificação de fato do funcionalismo contra a política governamental.

É hora da unidade grevista de todo o funcionalismo! Assembleia conjunta, comando unificado, bloqueios diários, ocupações para derrotar a truculência do governo, que se expressa no arrocho, na miséria, na destruição da escola pública e na brutal repressão ao movimento dos trabalhadores.

Unidade na luta para obter vitórias!

Organizemos os bloqueios, as ocupações e as manifestações massivas para derrotar Covas e os planos governamentais!

AFUSE

Publicamos o boletim da Corrente Proletária da Educação distribuído aos funcionários estaduais de São Paulo.

Burocracia trai os Funcionários da Educação e Fecha Acordo de Fome com o Governo

A Secretaria da Educação fez uma promessa à diretoria da AFUSE de incorporar 2 gratificações para o quadro do QAE (Quadro de Apoio Escolar) e acertar os enquadramentos (que já é lei desde 1993). Na verdade, em termos de "aumento", este acordo não passa de migalha. Por exemplo, serventes que estão no nível C só receberão de aumento R\$ 8,43. Isto se a secretaria não resolver deixar as promessas de lado, coisa que o governo sabe fazer muito bem. Quem não tem nenhuma vantagem pessoal (quinqüênio) não verá nenhum centavo a mais.

Para o QSE (Quadro da Secretaria Estadual), o famigerado "aumento" não existe.

Companheiros, a diretoria vem a meses acreditando na enrolação do governo. Jogando ilusões de que este poderia dar alguma migalha para os funcionários de escola.

Neste momento, os funcionários da

educação tinham disposição para lutar. Estavam em uma campanha unitária com os professores, diretores e supervisores e nossa categoria poderia arrancar com a luta direta (a greve), nossas reais reivindicações.

A diretoria do sindicato fechou um acordo às costas dos trabalhadores. Em um Conselho Estadual esvaziado fez aprovar o acordo com o governo.

Além de aceitar, a diretoria propõe a saída da Campanha Salarial Unificada.

Essa diretoria demonstrou na prática que é traidora dos interesses dos trabalhadores. Vive bem dentro do sindicato (come, dorme e utiliza do dinheiro sindical para benfeitorias pessoais), não vive com os salários da classe.

A Corrente Proletária se colocou contra esse acordo vergonhoso. Chama os funcionários da educação a construir imediatamente uma oposição sindical a essa

diretoria traidora, e levantar de imediato as reivindicações vitais da classe para lutarmos pela nossa sobrevivência.

Se fizermos a conta de que somente para nos alimentar necessitamos de R\$ 521,56 e para podermos suprir todas as necessidades de morar, estudar e ter saúde teremos que ter um salário mínimo de 1900,00 reais, não poderemos continuar sendo dirigidos por uma diretoria sindical que é uma vendida para o governo e tem uma grande covardia de lutar para não perder seus privilégios.

Construir imediatamente a oposição sindical

Por um sindicato de luta

Em defesa das reivindicações imediatas

Salário mínimo de 1900,00

Diminuição da Jornada de trabalho

Emprego à todos.

UECE/CE

Eleições para Reitor: boicote à farsa eleitoral e luta contra as taxas

Na UECE, em lugar da tão falada autonomia universitária, sempre predominou a mais absoluta imposição dos governos estaduais (frações da burguesia local) que escolhem a dedo o Reitor (interventor) da universidade. As eleições para Reitor, marcadas para 17 de abril, servem para dar tinteira democrática à escolha do novo Reitor.

No processo eleitoral, do qual participam apenas dois candidatos: o atual Reitor Manassés, que busca a reeleição, e Prof. Nunes, ambos têm se destacado pelo servilismo ao governo e por seus ataques à universidade. Além dos dois candidatos, os estudantes tiveram que engolir um terceiro e desconhecido candidato que foi escolhido entre a burocracia do CEPE (Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão) e do CONSU (Conselho Universitário) para completar a lista com três candidatos para ser enviada ao governador.

A resposta dos estudantes aos capa-

chos de Tasso foi o repúdio à farsa das eleições (consulta). Boicotando o pleito e votando na urna alternativa do movimento estudantil. À noite, os estudantes em protesto contra o pacote de taxas, que variam de R\$ 2,00 à R\$ 50,00, baixado pelo Reitor Manassés, tentaram ocupar o prédio da reitoria, que estava fechado.

Os estudantes, radicalizados, bloquearam a avenida de acesso à universidade e puseram fogo nas faixas e cartazes dos dois candidatos. A apuração das urnas vem garantindo a reeleição de Manassés, que prometeu continuar a aplicar fielmente as diretrizes neoliberais de aumento de taxas, privatização etc.

O DCE da UECE (composto por PT e PSTU), que dirigiu a manifestação, tem se mostrado inseqüente no combate impiedoso às taxas, basta ver que durante todo o processo de boicote colocaram como bandeira maior a luta pelas eleições diretas

para Reitor.

O CA de Geografia (independentes) também demonstrou todo seu imobilismo e paralisia na questão das taxas e do boicote. É preciso a realização de uma assembléia geral de estudantes que aprove a ocupação da reitoria contra todas as taxas.

O POR e a Corrente Proletária Estudantil chamam os estudantes a se organizar em torno do programa revolucionário e construir a oposição ao CA de Geografia e ao DCE e impulsionar as lutas contra a privatização da UECE.

*Fim de todas as taxas na UECE!

*Por uma assembléia geral dos estudantes contra as taxas!

*Em defesa do ensino público, gratuito, laico e enraizado na produção social!

* Pelo poder da assembléia universitária. Por um governo Tripartite!

* Por um Governo operário camponês! (ditadura do proletariado)

USP, UNESP e UNICAMP: na luta professor funcionário e estudante? Só com pauta unificada, assembleia conjunta e comando unificado!

A greve das 3 universidades públicas paulistas passou dos dez dias, crescendo a cada um deles. Dois elementos se destacam: seu conteúdo político e a expressiva participação dos estudantes.

O conteúdo político é dado objetivamente: a reivindicação de reajuste salarial de 25% significa pôr um freio na debandada de professores e funcionários rumo às faculdades particulares, portanto na defesa da universidade pública. Esta tem sido destruída pelos governos, que aplicam as diretrizes dos organismos do imperialismo (Banco Mundial, FMI, BID etc.), de cortes nos gastos dos serviços sociais públicos em benefício do parasitismo financeiro. O outro lado político da reivindicação é que sua conquista significa quebrar a política de congelamento salarial dos governos, aspecto fundamental do plano antinacional e antipopular de FHC/FMI.

Por isso, a vitória do movimento grevista nas universidades depende de ganhar a força necessária para dobrar o governo. Isto apesar da reivindicação salarial pleiteada se enquadrar ao atual orçamento das universidades, com folga suficiente para atender essa demanda. Os reitores, homens de confiança do governador, não atenderão gratuitamente ou com uma pressão limitada à reivindicação que abre caminho para pôr abaixo a política salarial que esmaga o funcionalismo e de cortes de gastos nos serviços sociais públicos.

O Fórum das seis, encabeçado pela Adusp, logo de início abriu mão da reposição integral imediata das perdas, correspondente a 32%, dividindo-a em 25% mais 7% no segundo semestre. Essa posição já visava a inserir a reivindicação ao orçamento atual da universidade. O que implica em não lançar como reivindicação imediata o aumento de verbas para a universidade, supostamente

mais difícil de ser conseguido e erradamente apontado como algo que se consegue no estrito campo parlamentar.

Ainda que se pretendesse colocar a luta no estritamente no campo salarial, a conjuntura impediu que assim se desse. As campanhas dos outros setores do funcionalismo colocaram a possibilidade de uma luta unificada para quebrar o congelamento do governo. E os estudantes se mobilizavam pela contratação de professores, assistência estudantil e contra a privatização.

Isso criou condições para que a reivindicação salarial fosse rapidamente compreendida e assumida pelos estudantes como sua. E projetou a possibilidade da luta unitária da comunidade universitária em defesa da universidade pública e gratuita, chocando-se contra o governo e em unidade com todo o funcionalismo.

A greve foi decidida em assembleias de alunos, de professores e dos funcionários, cada qual com boa participação e quase por unanimidade. A proposta de assembleia geral universitária (de alunos, professores e estudantes), de pauta unificada e comando unificado ganhou força e foi aprovada por estudantes e funcionários. Mas ainda não se consolidou entre os professores. A direção da Adusp tem se posicionado contra a pauta unificada para esta greve e rechaçado a idéia da assembleia conjunta. Insiste na pauta única de 25% de reajuste e propõe o adiamento da pauta unificada para depois da greve, depois da mobilização, a ser discutida num congresso que, dessa forma, teria um caráter diletante e formal. Pretende limitar a greve em marcha àquilo que as reitorias já têm depositado nas contas das universidades, pensando assim não ter de se chocar contra o governo por mais verbas, que é uma condição necessária para o atendimento das reivindicações

do conjunto da comunidade universitária. Engana-se e ilude os professores; coloca os estudantes na posição rebaixada de apoiadores e não de grevistas.

Esse caminho não levará à vitória. Quem julga *a priori* que a greve não tem força para arrancar as demais reivindicações da comunidade universitária engana-se quando, ao mesmo tempo, julga ser possível arrancar apenas os 25%, pois estes caberiam no orçamento atual das universidades. Os 25% só virão com a derrota do governo. E esta só virá com a força da unidade da comunidade universitária e de todo o funcionalismo.

Essa unidade só pode ser construída com base na defesa firme das reivindicações e na democracia universitária. Os estudantes não querem apenas dar palpite e apoiar os professores. A pauta unificada, a assembleia universitária conjunta, o comando unificado são condições para uma unidade real na defesa da universidade pública e gratuita.

Já temos dez dias de greve e a direção da Adusp mantém-se contra a unificação imediata da pauta e à assembleia conjunta, o que leva à divisão. Cabe aos estudantes a tarefa de reforçar a discussão com os professores e chamá-los à unificação. Os professores têm de reivindicar de sua direção uma mudança de atitude, a fim de ampliar nossa mobilização, multiplicando a sua força, que vem crescendo dia a dia. O potencial da greve das universidades dependerá da unidade e luta, e estas se ampliarão com a unificação real do movimento.

A luta política em defesa da unidade está colocada. Limitá-la às negociações com a direção da Adusp permite que permaneça a divisão e assim enfraqueça o movimento. A discussão deve ser levada ao conjunto dos professores, para que eles decidam nas suas assembleias o destino da greve de modo favorável à comunidade universitária.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escrito por Guilherme Lora iniciado no Massas nº 160

Como funciona a célula. Crítica e autocrítica

A célula e os militantes devem informar por escrito a forma com que se cumpriram as tarefas. Esses informes servirão de base para o balanço que deve ser realizado após cada atuação. O resultado das análises serão levadas à direção superior.

Esse trabalho de controle coletivo sobre a atuação dos militantes é um requisito indispensável para possibilitar sua constante superação, para assimilar criticamente todos os ensinamentos e assinalar com clareza os erros cometidos, a fim de que não voltem a ser repetidos no futuro. As conquistas do trabalho em equipe devem se tornar patrimônio do partido em seu conjunto, e para esse fim devem servir a crítica e a autocrítica no seio das células.

Constatou-se que essas normas não são observadas na célula, particularmente nas novas. Alguns se conformam em realizar as tarefas e ninguém pergunta como foram realizadas, que êxitos conseguiram e que erros ocorreram. Dessa forma, se repetirão indefinidamente as mesmas experiências e os mesmos equívocos, sem incorporar nada para o enriquecimento do partido. Ao

mesmo tempo, tampouco se sabe com exatidão em que proporção avança a organização e expande sua influência política. Esse trabalho tipicamente isolado e estranho ao partido é prejudicial ao extremo. A base do trabalho coletivo está na permanente comunicação das experiências e na coordenação dos movimentos e em suas análises nos marcos do partido o que seria inconcebível se na célula não se comesse a crítica e autocrítica por tudo o que fez e o que se omitiu. O processo da crítica (a autocrítica é só uma de suas exteriorizações) não significa entrar em um período de crise, mas utilizar o recurso que permite marchar para frente, que deve ser algo normal na vida partidária e uma forma de educação dos militantes.

Em resumo: a informação de toda tarefa cumprida ou não é obrigatória e com ela começa a crítica e autocrítica. Nenhum camarada pode tomá-la como algo negativo ou ter medo da crítica, deve ser educado na certeza que toda a sua atividade será constantemente analisada pela célula.

A crítica, e também a autocrítica, constituem meios que permitem a superação organizativa. Mas a crítica não é um passa-tempo, deve ser utilizada para descobrir a raiz dos erros e deficiências,

e não somente para assinalá-los, para dessa forma preparar a militância para que não voltem a cometê-los. A autocrítica precisa de uma grande evolução política e da convicção de que o trabalho dos militantes e das células faz parte de um trabalho coletivo superior.

A existência de boletins internos no partido, emitidos toda vez que surgem discrepâncias ou quando for necessário proporcionar determinadas informações que não devem ser de conhecimento público, é a expressão mais elevada dessa necessidade de permanente crítica e autocrítica e nos ajuda a explicar por que devemos dar tanta importância e estudá-los cuidadosamente no seio da célula, que é um estudo e uma crítica realizadas coletivamente.

Sem crítica não poderíamos estruturar um Partido forte e vivo nem tampouco células vigorosas. Os militantes têm o direito e até a obrigação de criticar a atividade de sua célula e da direção, pois assim se efetiva o controle coletivo da militância sobre o partido. A crítica e autocrítica são atividades estritamente internas (são parte integrante do centralismo democrático) e as discrepâncias não devem sair ao exterior, pois nesse plano a atuação do Partido deve ser indiscutivelmente unitária.

O estado e a revolução (parte 05)

O estado é o instrumento de exploração da classe oprimida

Prosseguindo com sua análise, Lênin extrai um conjunto de citações de Engels que elucidam o caráter de classe do Estado:

Citações extraídas por Lênin do livro de Engels "A origem da família, da propriedade privada e do Estado":

"Na posse do poder público e do direito de recolher impostos", escreve Engels, "os funcionários, ficam, como órgãos da sociedade. O livre respeito voluntário que era devido aos órgãos da constituição gentilícia não é bastante para eles, mesmo se o pudessem ter..."

Engels confronta as formas de autori-

dade e os critérios de escolha dos funcionários incumbidos de exercê-la em duas sociedades com estruturas sociais opostas. Na primeira, a sociedade gentilícia da época do comunismo primitivo, os homens eram dotados de autoridade com base no critério do "livre respeito voluntário". Posteriormente, quando da formação da sociedade de classes, o critério na escolha dos chefes e das autoridades (funcionários) se dá a partir da necessidade das classes dominantes submeter as classes dominadas. Em razão disso, a autoridade dos funcionários na sociedade de classes está indissolivelmente ligado ao submetimento, pela for-

ça, das classes oprimidas. Na medida em que é instituído o poder público, um corpo de funcionários, investido pela classe dominante, é alçado a categoria de representante de toda a sociedade. Na verdade não passam de representantes que velam pelos interesses da classe dominante. As sociedades sem classe da época do comunismo primitivo não necessitavam dotar os seus chefes e representantes de qualquer autoridade que implicasse na utilização da força, uma vez que os seus membros não estavam submetidos uns aos outros. As sociedades posteriores, fundadas na exploração de classe, ao contrário, só po-

liam existir se um estado, composto de "funcionários" dotados de poder e da força das armas impusessem à maioria oprimida, os interesses da minoria opressora. Mas, para Lênin, um ponto crucial deveria ser formulado: "o que é que os coloca (os funcionários), acima da sociedade?". A resposta é dada com a citação de mais um trecho da obra de Engels:

"...Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos de classe e como ele, porém, ao mesmo tempo, nasceu no meio do conflito destas classes, ele é, em regra, o

Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, a qual por meio dele se torna também a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para repressão e a exploração da classe oprimida..." mais adiante, na seqüência da mesma passagem: "o moderno Estado parlamentar é instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital."

Somente a posse dos meios de produção e distribuição não assegura às classes dominantes o controle e o submetimento das classes exploradas. Para isto, têm que discipliná-las, impedir que

a luta de classes se desenvolva e que as classes oprimidas se libertem e desenvolvam a revolução social. E é esta a função do Estado. E aí a razão de porque ele aparece como órgão de toda a sociedade. Na verdade, ele é o órgão da classe economicamente dominante, e, no caso da sociedade capitalista, da exploração do trabalho assalariado pelo capital. No próximo capítulo analisaremos como o Estado Parlamentar se constitui também em um órgão de dominação de classes, e de como, e porquê, o reformismo e as políticas pacifistas e pequeno burguesas necessitam dissimular este fato.

El Salvador

Ex-foquistas, de uma das guerrilhas mais poderosas que surgiram no continente, se voltaram inteiramente à reconstrução do Estado burguês em crise

Recentemente se produziu o triunfo eleitoral dos ex-guerrilheiros da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional), que conquistaram vários municípios (8 das 14 capitais provinciais) e a reeleição na capital San Salvador. Em 1992, abandonaram a luta armada.

Esse é o resultado da denominada "política de realismo acordado" diz o Dr. Héctor Silva que acrescenta "somos a única esquerda que tem maioria legislativa na América Latina".

Os objetivos democratizantes daquela guerrilha ficam expressos na afirmação "nossa luta armada foi legítima no momento em que não existia democracia. Tínhamos de fazer a democracia prevalecer..." "tendo democracia se pode utilizar os instrumentos da democracia para ganhar o poder político necessário para levar adiante as transformações" reafirmando que a aspiração máxima é "que tenhamos democracia no social e no econômico."

Este setor que se definia como castriista, que havia ficado à esquerda das rupturas do tronco estalinista central, junto com o conhecido Patricio Etchegaray (montoneiros), abandonou até as antigas posições antiimperialistas, afirmando "eu acredito que neste continente temos de aprender a viver com os Estados Unidos."

As adaptações ao regime também se refletiram na estrutura organizativa "um partido que soube manter unido e evoluir até uma coisa que tem sentido, moderna."

A tal extremo chegaram em sua integração ao Estado – que pareciam combater irreconciliavelmente – que colocaram a possibilidade de uma Aliança com o grupo fascista de mercenários a serviço do imperialismo a ARENA. Diz-nos "há um setor que o momento impõe uma aliança rápida: é o da empresa privada, sobretudo em torno de temas como a inversão política tributária" "o acordo nacional é uma das condições para a governabilidade".

Estas posições claramente burguesas não são inteiramente estranhas àquelas que levantavam quando empunhavam as armas. A direção estalinista apregoa-va nesta época a estratégia democrática e a colaboração com a burguesia nacional, ainda que com um discurso mais esquerdista que o que ensaiavam os sandinistas na Nicarágua.

É terrível ver a luta de centenas de milhares de militantes que deram suas vidas à revolução, aspirando uma verdadeira revolução social, que libertaria os operários e os camponeses, terminaria, pelas mãos de suas direções, como uma cabeça de ponte na reconstrução do Estado burguês salvadorenho.

Isto volta a colocar a importância do programa, da estratégia. **A luta armada por si mesma não é revolucionária.** O que determina se uma direção, uma organização, é revolucionária, é sua estratégia de revolução e ditadura proletárias, sua intervenção conseqüente em fundir-se com as massas, de transformar-se e transformá-las com a ferramenta do socialismo científico.

Quantas experiências conhecemos nas últimas décadas com foquistas, como os ex-Montoneiros, ex-Miristas na Bolívia, etc. etc. que terminam colaborando com os setores mais retrógrados, antinacionais e anti-operários; sejam Menem ou Banzer.

As reuniões de dirigentes das FARC (Forças Armadas Revolucionárias Colombianas) com os poderosos capitalistas colombianos, com os homens da bolsa de Wall Street, com representantes do Departamento de Estado ianque, e com funcionários de governo de vários países, não será este o caminho que deslumbram as FARC para que iniciem o caminho percorrido por aqueles combatentes da FMLN que tanto assombraram com suas ações e que também percorreram os sandinistas?

(Extraído do *Masas* Argentino n.º 146 de 24/03/2000)